

Apresentação

DOI: 10.5965/1984723818362017004

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723818362017004>

Etienne Barbosa e
Gizele de Souza

O presente dossiê se volta para a Inspeção da Instrução Pública, em algumas províncias brasileiras, na segunda metade do século XIX. Um século de intensa organização educacional brasileira, como a descentralização do ensino por meio do Ato Adicional de 1834, a utilização dos métodos (mútuo, simultâneo e intuitivo), a institucionalização da formação dos professores, a constituição da obrigatoriedade, o provimento da materialidade escolar e o fortalecimento da ideia de liberdade de ensino. Podemos apontar a existência de um fenômeno, em âmbito mundial, de preocupação com a escola no Oitocentos, proporcionado pela circulação intensa de ideias e modelos concretizados em outros países e no Brasil, indicados por muitos brasileiros como exemplos de civilidade, com temas sobre política, organização da escola e da pedagogia. Entre os brasileiros responsáveis pela proposição de ações *na* e *para* a escola, estavam aqueles que exerciam a função de Inspetores ou Diretores Gerais da Instrução Pública, em cada província brasileira.

Paulatinamente, a Inspeção da Instrução Pública, como um órgão estruturante do ensino e com papel central na organização e manutenção do mesmo, tem sido tomada pela historiografia nacional como objeto específico de investigação. Normalmente, a inspeção do ensino comparece em publicações pontuais de determinados autores em congressos e revistas da área, o que permite aferir que o tema se mantém em solo fértil para estudo e para publicações inéditas em coletâneas ou dossiês.

Um dossiê como o que aqui apresentamos, que tem como escopo a compreensão da inspeção da instrução pública no Brasil, durante o Segundo Reinado (1840-1889), por meio de estudos que se aprofundaram no tema em seis províncias brasileiras: Alagoas, Goiás, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. Apresentamos dois trabalhos que abordam a temática da inspeção em outros países, como a Espanha e a Itália, durante o mesmo período. Pertinente ressaltar que a circulação das ideias existentes nos planos nacionais e internacionais se intensifica no Brasil durante o Segundo Reinado (1840-1889), impulsionada também por ideias de progresso, de construção de uma identidade como nação e como país que circulavam entre os responsáveis pelas estruturas provinciais e em alguns periódicos do período.

No cenário paranaense, a inspeção e seus inspetores, como um ramo da instrução pública, faziam coro com ideias do período, nas quais a instrução pública era considerada como um alicerce para o progresso da província e da nação. O inspetor geral, João Manuel da Cunha (1875), escreveu ao presidente da província que “ler, escrever e contar é o patrimônio dos filhos dos povos assaz grandes para marcharem na senda do progresso até o porto da civilização” (CUNHA, 17/03/1875, p. 3)¹. Esta representação da instrução como meio para chegar à civilização também pode ser encontrada em outros documentos trocados entre presidentes da província, inspetores e professores, durante o período. O termo passa a exprimir quase como sinônimos o desenvolvimento e o progresso: formar o homem civilizado era moldar o homem moderno, cortês, erudito, moralizado.

Com base na documentação sobre a inspeção que circulava no Paraná e das correspondências com outras províncias, principalmente o envio e recebimento dos relatórios sobre a instrução pública, podemos indicar que existia uma relação muito próxima entre educação, como meio para a civilização, e uma crença no progresso e na ciência. As relações foram acontecendo e se moldando na medida em que ocorriam as mudanças tanto na estrutura da inspeção da instrução pública, quanto no papel por ela desempenhado nas províncias brasileiras.

¹ CUNHA, João Manuel da. Relatório do inspetor apresentado ao presidente Frederico José Cardoso de Araújo. In: *Jornal Dezenove de Dezembro*, 17/03/1875, p.03.

Como observaremos nos trabalhos aqui compilados, apesar da circulação de ideias e práticas educativas, a instrução não era a mesma no extenso território nacional. O primeiro artigo, “A fiscalização que mais se deseja: a inspeção do ensino na Capital do Império Brasileiro”, de autoria de *Angélica Borges*, toma o funcionamento do serviço de inspeção na Capital do Império, Rio de Janeiro, a partir de 1827, com a instituição da Lei Geral do Ensino, até 1854, com a criação do Regulamento de Instrução Primária e Secundária da Corte. A autora demonstra tensões e disputas que foram produzidas no exercício da função da Inspeção de Instrução da Corte, localizando-a com papel estratégico dentro de um projeto civilizador que operava por meio da escolarização da população.

Valdeniza Barra, em “O serviço de inspeção escolar e a funcionarização pública da profissão docente no século XIX”, faz um estudo de natureza comparativa entre a província de Goiás (1835-1887) e a de São Paulo (1846-1887) tomando os regulamentos de instrução pública. A autora aponta a existência de diferenças substanciais entre o serviço de inspeção goiano e o paulista, principalmente no que se referia aos objetivos de constituição do mesmo. Na primeira província, a estratégia era centralizar o controle do governo sobre as ações do ensino, por meio da inspeção, enquanto, na província paulista, ao final do período Imperial, desenvolveu-se uma direção do ensino que tinha, como estratégia, a conservação da monarquia.

Ainda sobre a inspeção da instrução pública na província de São Paulo, *Célia Maria Benedicto Giglio*, em “A inspeção da instrução pública na província de São Paulo (1836 – 1876)”, reforça o período como aquele em que ocorreu um movimento de especialização do governo provincial atrelado à conformação da instrução pública “baseada em uma economia moral, financeira e política”. Segundo a autora, os modelos culturais do governo paulista eram inspirados nos que circulavam em outros continentes, como a Europa e América do Norte (EUA).

Deslocando nosso olhar do sudeste brasileiro para o nordeste, o artigo “Controlar e disciplinar a vida escolar: a ação da inspetoria da instrução pública no Maranhão (1844-1889)”, de *César Augusto Castro*, se volta para as ações da Inspeção de Instrução Pública na província do Maranhão, entre 1844 a 1889. O autor evidencia que a inspeção

maranhense teve como finalidade de sua prática o controle e a disciplina de todos os aspectos referentes à instrução pública e aos seus sujeitos: professores e alunos. Para tanto, César Castro lança mão de uma extensa documentação: relatórios de presidentes, inspetores da instrução e delegados literários, legislação (leis e regulamentos) e correspondências dos inspetores com demais autoridades na província do Maranhão.

Na província de Alagoas, *Nezilda Pauferro* e *Elione Diógenes* demonstram, no artigo “Matrizes históricas da inspeção escolar no Brasil: mecanismo de controle do trabalho docente em Alagoas nos Oitocentos” que, entre os anos de 1840 a 1889, a inspeção escolar foi a articuladora entre as demandas do governo e as dos professores, sendo responsável pelo processo de institucionalização de uma educação formal alagoana no período Imperial, com estrutura e função semelhante ao que era encontrado em outras províncias brasileiras.

Deslocando-nos do nordeste brasileiro para o sul, nos deparamos com a Inspeção Geral da Instrução Pública do Paraná, que, conforme explicita *Etienne Barbosa* em “‘Inspeccionar, instruir e dirigir’: a configuração da inspeção da instrução pública na província do Paraná (1854-1889)”, passou por reconfigurações em sua estrutura e função entre os anos de 1854 a 1889. O referido estudo demonstra esta organização por meio daqueles que exerceram o papel dentro da inspeção: os inspetores gerais, inspetores de distrito e superintendentes do ensino. A intenção foi identificar nessa estrutura a construção da prática inspetiva paranaense.

A constituição da inspeção brasileira até agora aqui evidenciada recebe o contributo de dois trabalhos internacionais, que se voltaram para a temática na Itália e na Espanha, no século XIX e XX. No primeiro, a historiadora italiana *Michela D’Alessio* apresenta a memória escolar do inspetor *Berengario Galileo Amorosa* no artigo “‘Il duro calle’. Le memorie di un ispettore scolastico italiano (Berengario Galileo Amorosa - 1865/1937)”, com o objetivo não somente de refletir historiográfica e metodologicamente sobre o uso de um texto memorialístico, como também reconstruir, por meio desses indícios, a função inspetiva italiana no século XIX e XX. Função esta que a autora demonstra ser altamente social e que contribuiu para a construção de uma visão nacional

da escola e do professor na Itália. O mesmo artigo também se encontra traduzido nesta edição.

Os autores *Erika González Garcia*, *Antonio Salmerón Nieto* e *Miguel Beas Miranda* estudam a inspeção escolar na Espanha no artigo “Cambios en el desempeño profesional de la inspección educativa en España en los últimos cincuenta años”, demonstrando ser esta uma instituição que tem como marco de nascimento o decreto de 30/03/1849 e o estabelecimento do Regulamento para os Inspetores de Instrução Primária do Reino, de 20/05/1849. Os autores informam que a inspeção escolar, que já conta com 160 anos na Espanha, surgiu com a função de vigiar se as leis de ensino estavam sendo cumpridas, informar aos superiores sobre o estado da instrução, visitar as escolas e assessorar os professores. No acompanhamento da inspeção ao longo de tantos anos os autores demonstram as mudanças nas suas atribuições e competências, indicando permanências e rupturas na função inspetiva atual na Espanha.